

## Correio Militar M.M.D.C. Tudo por um São Paulo forte no Brasil unido



Marcio Javaroni  
marciojavaroni@gmail.com

Diferente dos dias atuais, nos quais podemos interagir com o mundo num simples toque na tela de smartphones, os meios de comunicação ainda engatinhavam quando eclodiu o Movimento Revolucionário de 1932. Cartas e telegramas ainda eram, para a grande maioria da população, a principal forma de se levar notícias de um lado para outro. Neste universo, controlar os serviços de correios e telégrafos eram ainda mais importantes para o sucesso do movimento, que tinha como objetivo restituir o país à ordem constitucional, suspensa desde a Revolução de 1930. Por isso, tão logo eclodiu a Revolução, em 9 de Julho de 1932, “as forças revolucionárias tomaram conta das repartições dos Correios e Telegraphos, com os respectivos serviços sendo completamente suspensos, não sendo permitida a recepção ou entrega de qualquer serviço público” (O Estado de S. Paulo, Edição de 10/07/1932).



Na mesma edição, o jornal publicou a explicação do então chefe da expedição de correspondência de que havia ordens terminantes para não entregar correspondências, jornais e outros impressos, assim como a expedição para o interior e outras localidades.

As invasões foram realizadas pela Força Pública de São Paulo (correspondente à atual Polícia Militar) sem um único tiro sequer. Na mesma noite, os comandados pelos generais Isidoro Dias Lopes e Euclides de Figueiredo também tomaram quartéis, estações ferroviárias e a companhia telefônica.

Cinco dias após o início do movimento, em 14 de julho, o Governo Provisório assinou o Decreto nº 5.586, incorporando à Administração Pública do Es-

tado todos os serviços, departamentos, agências, delegacias e repartições públicas. Entre eles, como destacou o artigo 2º do referido texto, “os serviços de correios, telégrafos e transportes em geral, de administração federal”, que a partir de então passaram à superintendência da Secretaria da Viação e Obras Públicas.

Aclamado Governador de São Paulo pelo “Povo Paulista, Exército Nacional e Força Pública”, Pedro de Toledo justificou a decisão, que entre outros transferiu para o Estado o comando do Correio, considerando a “situação anômala dos diversos departamentos de administração



federal, em face do movimento revolucionário constitucionalista que armou todo o povo paulista e os seus irmãos de outros estados". Paralelamente foi criado o Correio Militar M.M.D.C., um dos Departamentos Especializados da Administração, com o objetivo de atender o serviço de correspondência entre os voluntários na zona de operações e suas famílias. Como destacado pelos jornais da época, "é preciso notar, porém, que o Correio Militar recebe somente correspondência que se destine a voluntários do M.M.D.C., cujo número já ascende a alguns milhares".

Ou seja, durante o período de quase 90 dias de duração da Revolução Constitucionalista coexistiram no Estado de São Paulo dois serviços postais: um deles, o Correio Militar M.M.D.C., voltado exclusivamente para a correspondência militar, e o Correio Federal, incorporado à administração pública paulista.

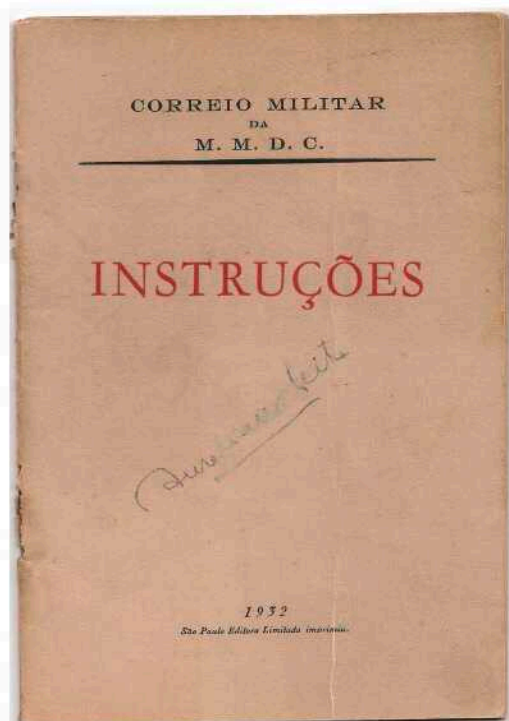
O nome do Correio Militar vem da milícia civil M.M.D.C., por sua vez batizada com as iniciais dos estudantes Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, em homenagem àqueles jovens vitimados na noite de 23 de maio pelos partidários da ditadura - OBS: Atualmente alguns autores utilizam a sigla M.M.D.C.A., incluindo a inicial do sobrenome de Orlando de Oliveira Alvarenga, ferido junto com os colegas em 23 de maio, mas que veio a falecer em razão dos ferimentos apenas em 12 agosto de 1932. O próprio Governo do Estado de São Paulo para

homenageá-lo criou o "Colar Cruz de Alvarenga e dos Heróis Anônimos", além de, em 13 de janeiro de 2004, ter promulgado a Lei Estadual nº 11.658, denominando o dia 23 de maio como "Dia dos Heróis M.M.D.C.A.", já incluindo aí também seu nome. Originária da então sociedade secreta homônima, fundada no restaurante Possilipo na noite do dia 24 de maio, um dia após o confronto que causou as mortes dos estudantes Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, a Milícia Civil M.M.D.C. foi a encarregada de supervisionar todos os serviços de guerra e trabalhos de retaguarda.

Logo no dia seguinte à deflagração do movimento, a Milícia Civil M.M.D.C. centralizou todos os serviços de mobilização civil no Estado de São Paulo, "cooperando valiosamente com a administração do Estado e com o Comandos Militares". Reconhecida de utilidade pública, a M.M.D.C. teve a seu cargo, pela legislação, atribuídas as funções de alistamento, instrução, aquartelamento, abastecimento,

transporte e assistência do voluntariado civil, além da execução dos serviços criados, como os de "publicidade, Correio Militar, assistência às famílias dos combatentes e população civil, propaganda cívica, angariamento e distribuição de donativos, escotismo, assistência sanitária, etc."

A comissão central encarregada do Correio Militar era chefiada pelos advogados Aureliano Leite e Prudente de Moraes Netto. A ideia, como noticiada pela imprensa à época, era "dia-





riamente correr automóveis especiais nas estradas de rodagem que conduzem ao setores de ação militar”.

O Correio Militar foi instalado inicialmente no andar superior do edifício que anteriormente sediara o Fórum Civil, à rua do Tesouro - depois seria transferido para um sobrado localizado na rua da Quitanda. A abertura aconteceu em uma quinta-feira, dia 14/07 - data que, pelo Decreto nº 5.576, de 11/07/1932, foi considerada feriado.

A primeira mala postal seguiu para a zona norte do Estado, para as cidades de São José do Rio Pardo, Itararé e Igarapava, na sexta-feira, dia 15, conduzida pelo próprio Prudente de Moraes Netto e Nery da Siqueira e Silva, que colocou seu automóvel à disposição do movimento revolucionário para a realização do serviço. Nesse dia foram transportadas 33 cartas. Ao final da primeira semana de serviço, o Correio Militar expediu 6.478 correspondências e 2.042 volumes de diversos tamanhos, em um total de 8.520 expedições, cerca de metade delas tendo como destino a zona Norte do Estado.

Nesse mesmo período foram enviados 10:058\$000 (dez contos e cinquenta e oito mil réis) em valores por correspondência - em uma conta simples, considerando-se o preço da capa do Estado de S. Paulo daquele dia (200 réis) e o atual (R\$ 5), transformando em moeda corrente esse valor corresponderia a pouco mais de R\$ 250.000.

Durante toda a luta armada, os fronts foram servidos pelas malas postais. As linhas iniciais eram Mogi-Igarapava, Sul, Santos, Quitaúna, Diversos e Capital, pelas quais se despachavam correspondências e encomendas a partir de São Paulo para localidades como: Barueri, Bragança Paulista, Campinas, Campos do Jordão, Cruzeiro, Igarapava, Itapira, Itararé, Jaguari, Mococa, Mogi Mirim, Quitaúna, Ribeirão Preto, Santa Rita da Extrema, Santos e São José do Rio Pardo.

Além dessas cidades paulistas, as mineiras Guaxupé e Pouso Alegre, invadidas pelas tropas paulistas logo nos primeiros dias e depois retomadas em 24 de julho, também estavam entre os primeiros fronts servidos pelo Correio Militar M.M.D.C.

Todas as cartas e volumes recebidos pelo Correio Militar M.M.D.C., exceto a correspondência oficial militar ou civil, deveriam sofrer “rigorosa censura”, a qual ficaria a cargo de “pessoas de reconhecida idoneidade, de preferência idosas, para este fim convidadas pelos agentes ou por estes e seus auxiliares”.

A determinação oficial era para que fossem censuradas notícias “que as circunstâncias indicarem” sobre operações militares, escritas em língua

estranha ou com sinais e “as que contivessem cunho alarmante, ainda que verídicas, exageradas, derrotistas ou, que de qualquer modo concorram para abater o ânimo do soldado, arrefecer-lhe o entusiasmo, causar-lhe abalos morais, bem como as que produzem o susto, o pânico e a desolação nas famílias”. Para facilitar a censura, as correspondências deveriam ser entregues abertas. “As cartas não devem ser fechadas, não levando sellos toda a correspondência despachada (...) A censura depende em maior parte da atenção e espírito de observação do censor. Este terá sempre em mente que por sua desídia ou ex-



Carta de São Paulo para Motuca, com carimbos de Censura Policial na origem e no destino (Acervo Marcio Javaroni)



cessiva tolerância, numerosas vidas poderão ser sacrificadas e periclitar a própria causa constitucionalista”, explicavam as instruções do Correio Militar.

Em agosto, menos de um mês após o início do movimento, o Governo Provisório editou o Decreto nº 5.621, pelo qual toda correspondência emitida e enviada ao exército constitucionalista ou autoridades militares e civis estaria livre de franquia.

*DECRETO N. 5.621, DE 3 DE AGOSTO 1932*

*Concede franquia livre para toda a correspondência postal, telegráfica e radiotelegráfica emanada das autoridades civis e militares bem como destinada no correio militar do exercício constitucionalista em operações.*

*O DOUTOR PEDRO DE TOLEDO, Governador do Estado de São Paulo, por aclamação do Povo Paulista, do Exército Nacional e da Força Pública, considerando que a Repartição dos Correios e Telégrafos acha-se incorporada à administração pública do Estado de acordo com o decreto n. 5.586 de 14 de julho de 1932, art. 2º,*

*considerando que a correspondência postal e telegráfica do Estado, não só na parte administrativa como nas operações militares, necessita de todas as facilidades para a sua máxima eficiência,*

*Decreta:*

*Art. 1º - Toda a correspondência postal e telegráfica e radiotelegráfica terá livre franquia quando emanadas das autoridades civis militares em assunto da pública administração ou das operações militares.*

*Art. 2º - Gozará também de franquia postal a correspondência destinada ao Correio Militar e por este enviada ao exército constitucionalista em operações.*

*Art. 3º - Este decreto entrará, em vigor imediatamente, revogadas as disposições em contrário.*

*Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 3 de agosto de 1932.*

*PEDRO DE TOLEDO*

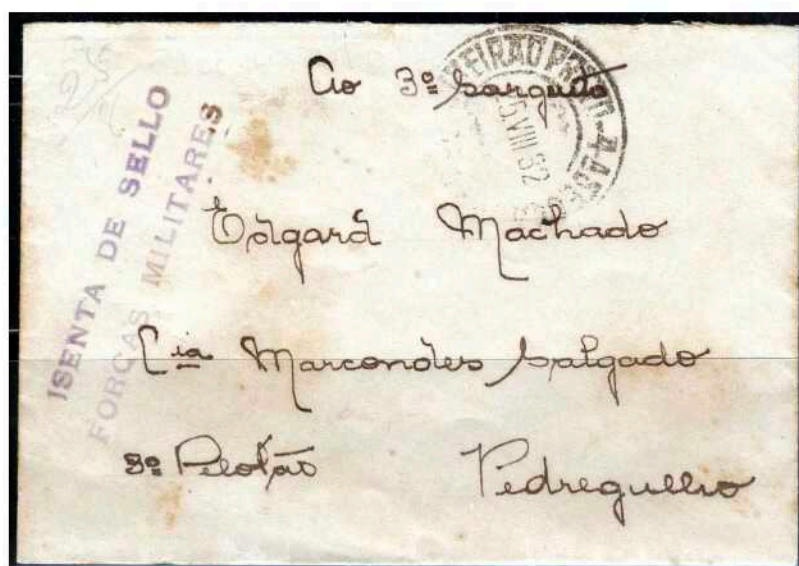
*Francisco Emgydio da Fonseca Telles*

*Paulo de Moraes Barros*

*Publicado na Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, aos 3 de agosto de 1932.*

*Theophilo de Souza, Pelo Diretor Geral*

*Carta enviada em 25/08/1932,  
após a publicação do  
Decreto nº 5.621, com carimbo  
ressaltando a franquia livre  
(Acervo Marcio Javaroni)*







Carta enviada em 20/07/1932, antes da publicação do Decreto nº 5.621, com rara cobrança de porte e expedição pelo Correio Militar M.M.D.C.

(Acervo Marcio Javaroni)

Carta enviada de São Paulo para Ribeirão Preto, em 25/07/1932 (antes da publicação do Decreto nº 5.621), sem cobrança de porte (Acervo Marcio Javaroni)



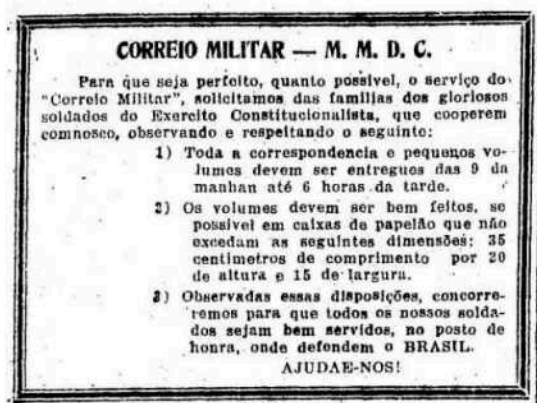
Aos poucos, diversas cidades do interior também foram criando suas agências do Correio Militar M.M.D.C.. Na maior parte delas, o serviço estava localizado em salas nas "Casas do Soldado", como eram chamados os comandos locais da Revolução nos municípios. Em Ribeirão Preto, a agência foi instalada na sede da Sociedade Legião Brasileira; em Rio Claro, no Instituto Comercial; em Santos, à rua Martim Afonso; em São Vicente, junto à Delegacia de Polícia; em Jaú, na Intendência Civil; em Franca, no Grupo Escolar Coronel Francisco Martins.

No Mato Grosso, que à época ainda não estava dividido e cuja região sul apoiou a causa paulista, também foram instaladas agências do Correio Militar M.M.D.C. Nesta área, correspondente ao atual Mato Grosso do Sul, o Governo Paulista criou a Diretoria Regional



dos Correios e Telégrafos de Mato Grosso, através do Decreto nº 5.666, de 10/09/1932, sendo a ela subordinadas as agências, estações e postos de Aquidauana, Bela Vista, Bonito, Cachoeirão, Campo Formoso, Campo Grande, Coxim, Dourados, Entre Rios, Maracajú, Margarida, Miranda, Nioac, Ponta Porã, Porto Murtinho, Presidente Mario Corrêa, Negro, Rio Pardo, Rio Vacaria, Romão, Santa Ana do Parnaíba, Terenos, Três Lagoas, Vitorino, Visconde de Taunay e Vista Alegre.

Com o avanço da batalha e o crescimento do volume de correspondência, o Correio Militar M.M.D.C. foi obrigado a estipular normas para que fosse “perfeito, quanto possível, o serviço”. Além de orientar que fosse “esclarecida bem” a unidade a qual se destinava - ressalva válida, uma vez que haviam batalhões com nomes muito parecidos, como, por exemplo, Piratininga, Caçadores de Piratininga e Voluntários de Piratininga -, às famílias e interessados dos “gloriosos soldados do Exército Constitucionalista” era solicitada em anúncios de jornais a cooperação no respeito às seguintes regras:



1) *Toda a correspondência e pequenos volumes devem ser entregues das 9 da manhã até as 6 horas tarde;*

2) *Os volumes devem ser bem feitos, se possível em caixas de papelão que não excedam as seguintes dimensões: 35 centímetros de comprimento por 20 de altura e 15 de largura;*

3) *Observadas essas disposições, concorreremos para que todos os nossos soldados sejam bem servidos, no posto de honra, onde defendem o BRASIL. AJUDA-EM-NOS!*

Os responsáveis pelo serviço eram identificados por distintivos (doados pelo sr. Abílio de Albuquerque Maranhão), mas ainda assim havia quem tentasse se passar por eles. Em Santo Amaro, bairro paulistano, dois rapazes foram presos por se apresentarem como sendo enviados pelo Correio Militar e não provarem.

Na segunda quinzena de setembro, segundo dados do Boletim Diário editado pela Milícia Civil M.M.D.C., o Correio Militar movimentara um total de 74.915 correspondências recebidas (sendo 36.998 na Capital e 37.917 no Interior) e outras 55.265 expedidas, o que dava médias de 3.000 e 4.000 por dia, respectivamente.

Entre os serviços realizados pelo Correio Militar M.M.D.C. estavam a expedição e recebimento de correspondências, encomendas e impressos, posta restante (diariamente eram publicadas listas em jornais paulistanos com a relação de correspondências e encomendas que aguardavam retirada na sede do Correio) e envio de valores, em alguns casos até mesmo com intercâmbio com os Correios e Telégrafos do Governo Federal.

Inicialmente houve uma intensa atividade dos chamados “correios particulares”. Na verdade, se tratava de voluntários que ofereciam seus serviços para receber, transportar e entregar correspondências e encomendas a determinados batalhões ou regiões.

O Batalhão Esportivo, formado apenas por atletas, principalmente jogadores de futebol, logo se tornou popular, atraindo a atenção e o carinho da população. Para eles havia um serviço especial de correio militar, conforme noticiado pelo Estado de S. Paulo do dia 07/08/1932:

*“Sae hoje pela manhã a remessa inicial do Correio Militar do Regimento Esportivo, destinada ao 1º Batalhão, que está desde terça-feira última, dia 2, numa das*



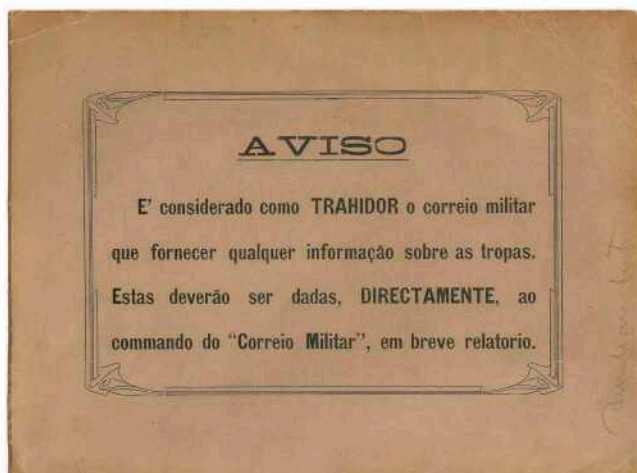
*zonas de acção militar.*

*As malas do Correio são transportadas nos carros de propriedade particular dos srs. Benedicto Rizzo e Luiz Salerno, que gentilmente ofereceram seus serviços ao Departamento, indo como elementos do Departamento os srs. segundo tenente José Esposito e Raphael de Araújo Ribeiro Júnior”.*

A entrega da primeira mala postal ao Batalhão Esportivo aconteceu dois dias depois, em 09/08/1932, “a partir das 15 horas”, segundo notícia da Folha da Manhã. Em 11 de agosto, seguiu para o front a segunda remessa de correspondências e encomendas aos voluntários esportistas em carros de particulares. Entre o material enviado, como curiosidade, havia uma preciosidade para aquele tempo: um lote de 10.000 cigarros, arrecadados em um posto de coleta da Rádio Record de São Paulo!

Além do 1º Batalhão Esportivo, outros dois chegaram a ser formados - embora o terceiro não tenha tido tempo de entrar em ação. Para facilitar a comunicação dos atletas combatentes com os familiares e amigos foram feitas várias doações. A Companhia Melhoramentos, uma das maiores indústrias gráficas de então, ofereceu 1.600 envelopes formato ofício, seguida pela Typographia Brasil (Rotschild & Cia), que doou 5.000 envelopes e igual número de folhas de papel em bloco, para que os voluntários do Regimento Esportivo.

O correio do Batalhão Esportivo, organizado pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, tinha sua sede à Rua Sete de Abril, 21.



A entrega das correspondências era feita nas agências do Correio Militar e, principalmente, por estafetas, das mais diversas maneiras: a pé, a cavalo, de trem, carro ou da forma como fosse possível. Na maioria das vezes os estafetas eram voluntários, mas mesmo assim estavam sujeitos às leis militares de então, que deixavam claro: “É considerado como trahidor o correio militar que fornecer qualquer informação sobre as tropas. Estas deverão ser dadas, directamente, ao commando do “Correio Militar”, em breve relatório”.

As mesmas instruções alertavam os estafetas: “A sua missão requer quase sempre a resolução pronta, a coragem refletida e a nítida compreensão dos deveres e responsabilidades de quem desempenha tal cargo. Afrontar os perigos, superar os empecilhos, chegar ao destino de qualquer forma - tal é a sua obrigação primordial (...) Sem um bom estafeta não há um bom correio”.

Na Capital Paulista, a Cruzada dos Escoteiros participou nos serviços de distribuição das correspondências. Inicialmente, conforme matéria da Folha da Manhã do dia 05/08/1932, os escoteiros ofereceram-se para a entrega das correspondências dos integrantes do Batalhão Esportivo, mas estenderam o trabalho para a distribuição postal em geral, por conta da suspensão parcial dos serviços profissionais do Correio. O mesmo jornal registra que os mensageiros chegaram a distribuir mais de 600 cartas em um único dia por toda a cidade!

Tais práticas, porém, logo acabaram abolidas. Inicialmente tolerados pelo comando revolucionário, os correios militares paralelos foram suprimidos na segunda quinzena de agosto, unificados com os serviços postais passando a ser realizados exclusivamente pelo Correio M.M.D.C..



*“O Correio Militar - M.M.D.C - Atendendo a determinação do sr. general Bertholdo Klinger, comunica que, a partir de hoje, toda a correspondência das forças em operações deverá ser encaminhada por seu intermédio, para a devida expedição e distribuição, ficando terminantemente proibida a remessa de qualquer correspondência, das linhas de frente, por civis ou militares, para qualquer destino”.*

No mesmo comunicado, assinado e distribuído em 16/08/1932, o general gaúcho que chefiava as tropas paulistas ordenou a extinção dos correios particulares de todos os batalhões e também a remessa de correspondência a partir dos fronts de batalha.

Três dias depois, os principais jornais da época publicaram comunicando do Correio Militar M.M.D.C explicando as determinações do general Klinger:

**CORREIO MILITAR - M.M.D.C.**

*Tendo sido suprimidos todos os Correios Militares particulares ficando todo o serviço a cargo do Correio Militar da M.M.D.C. toda a correspondência e pequenas encomendas destinadas aos soldados dos batalhões da “Liga de Defesa Paulista”, “Esportivo”, “9 de Julho”, “Justiça”, “Legião Paulista” e outros, devem ser entregues à rua da Quitanda, 10, andar térreo, das 9 às 18 horas. Os volumes ficam subordinados às condições do nosso comunicado já publicado que é o seguinte: “O CORREIO MILITAR - M.M.D.C. - avisa que não mais aceitará para remessa aos soldados em operações volumes e caixas contendo quaesquer gêneros (doces ou salgados), em virtude de dificuldade de censura e de repetidos casos de alteração da saúde produzida nos seus destinatários, seja pelo mau acondicionamento, seja por defeitos de fabricação”.*

*“É permitido, porém, a remessa de latarias desde que as respectivas latas não tenham sido abertas e provenham de fabricantes conhecidos”.*

*“NOTA - Os volumes que por deficiência de endereços não puderem ser entregues aos seus destinatários têm sido remetidos à “Casa do Solidão” a título de doativo”.*

Além das funções convencionais do serviço, o Correio Militar teve papel fundamental ao levar apoio moral e minimizar o isolamento e abatimento dos soldados nas frentes de batalha, distante das cidades. Por meio das correspondências, familiares e amigos enviavam e recebiam informações dos soldados, seja lá qual fosse a zona na qual estavam.

Uma semana após sua instalação, o Correio Militar M.M.D.C. recebia publicamente elogios. Em matéria na edição do dia 22/07/1932, o Estado de S. Paulo destacou:

*“Os benefícios que o Correio Militar vem prestando têm merecido os mais rasgados encômios (elogios) de altas patentes militares que não escondem sua satisfação ao receber na zona de operações cartas por entes queridos escriptas horas antes. O afeito moral que tem sobre a tropa o recebimento de uma palavra ou de uma oferta de seus é inestimável. Todos os mensageiros enviados à frente são unânimes em referir a alegria com que são acolhidos. É tal, porém, o vulto que tomou a remessa de correspondência que o Estado Maior do Correio Militar viu-se na contingência de solicitar de público diminua a remessa de jornaes, por isso que as próprias empresas jornalísticas se encarregam de expedir folhas gratuitamente para todos os pontos do Estado”.*



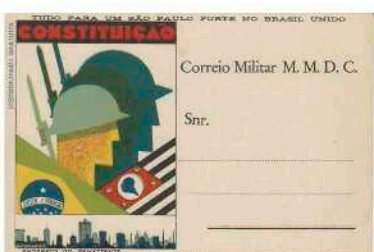
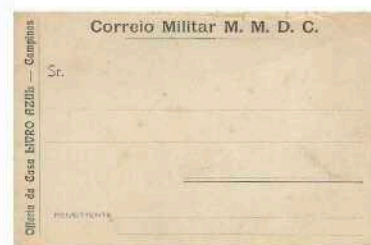
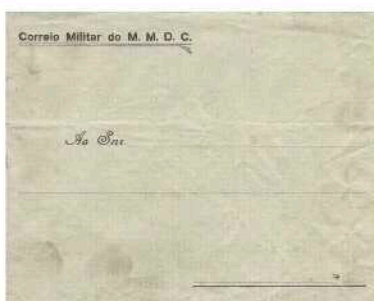
## CARTÕES POSTAIS

Para facilitar a comunicação com os soldados paulistas foram impressos e distribuídos gratuitamente à população milhares de cartões postais, com imagens alusivas à batalha. A Folha da Manhã do dia 07/08/1932 registra a doação das empresas Gordinho Brauno S/A e P. Sarcinelli & Cia de 100.000 postais. De acordo com o jornal, a primeira forneceu o papel cartão e a segunda realizou a impressão artística dos postais.

São conhecidos nove modelos diferentes, com variações de mensagens e cores entre eles, além de envelopes e formulários nos mesmos moldes das cartas bilhete impressos e doados por empresas e particulares.

Por meio desses cartões postais, principalmente, é que os soldados recebiam notícias de seus familiares, amigos e conhecidos. Assim sendo, era inegável o efeito moral das correspondências sobre a tropa e, conseqüentemente, a importância do Correio Militar M.M.D.C. Nos cartões postais distribuídos à população eram impressas frases de incentivo ao envio dos mesmos, como "Escrevei aos vossos irmãos despertando-lhes o entusiasmo" e "Paes, mães, irmãos, amigos escrevei aos vossos soldados queridos despertando-lhes o entusiasmo".

Muitos combatentes, porém, acabavam não sendo destinatários de correspondências. Eram os "soldados que não recebem cartas". Para evitar a baixa na moral da tropa, a eles era estimulado o envio de cartas pelas senhoritas e senhoras.



*Cartões postais e envelopes distribuídos à população para a comunicação com os soldados no front de batalha*





## SELOS

Com a intervenção no Correio Federal, o Estado de São Paulo deixou de receber suprimentos para o serviço postal. Dessa maneira, o estoque de selos, que continuavam a ser usados nas correspondências civis (somente as cartas oficiais e destinadas ao front eram isentas de franquia), não foi reposto. Para evitar a falta, o Governo Provisório optou pelo lançamento de selos próprios, a pedido do então Inspetor Geral dos Correios de São Paulo e Mato Grosso. A Sociedade Philatelica Paulista (SPP), então, realizou um concurso para a escolha das ilustrações dos selos, os quais deveriam seguir a recomendação de serem “unicolores, conter desenhos exclusivamente alegóricos, evitando qualquer homenagem e reprodução de qualquer pessoa” e conterem os dizeres “Brasil - Correio - Pró-Constituição”. Iniciado em 06/08/1932, o concurso em apenas cinco dias teve cerca de 90 desenhos apresentados, produzidos por 45 artistas diferentes.

A comissão julgadora, formada por Afonso de Taunay, Alexandre de Albuquerque, Ricardo Severo, Nestor Barreto (então chefe do Tráfego Postal) e Edgar Conceição (presidente da SPP), escolheu as obras de Theodoro Braga, José Wasth Rodrigues, A. Minchillo, Aldo Cadarelli e Theophilo Dabague.

O Governo Provisório, por meio do Decreto Estadual nº 5.660, de 02/09/1932, criou 11 selos postais e três de depósito (para uso em vales postais), todos impressos pela Litografia Ypiranga, de São Paulo, ao custo total de 19:000\$000 - valor esse que, segundo o filatelista e pesquisador Dorvelino Guatemosim foi pago pelo governo ditatorial após o final do conflito armado.





Importante ressaltar o caráter estritamente operacional dessas emissões, que ao contrário de comemorar o evento tiveram como objetivo apenas suprir a falta de selos nos estoques das agências.

O primeiro selo colocado à venda foi o de 200 réis, valor equivalente ao primeiro porte nacional, no dia 13/09. Três dias depois entrou em circulação o selo de 700 réis; em 20/09, os valores faciais de 400 réis e 1\$000; em 21/09, o selo de 100 réis; e todos os demais no dia 22 de setembro, quinta-feira.

Os selos de 100 réis a 1\$000 foram impressos em folhas com 100 unidades, enquanto que os demais em folhas de 50 selos cada. As quantidades totais impressas foram as seguintes: 100 réis (1.000.000 de selos), 200 réis (2.500.000), 300 réis a 1\$000 (500.000), 2\$000 a 10\$000 (100.000).

Inicialmente os selos foram utilizados até 05/10/1932 - apenas nos estados de São Paulo e Mato Grosso. Entretanto, com a falta de "selos federais" nesses territórios, foi autorizada sua aplicação até o final de outubro, conforme telegrama enviado pelo Diretor Geral dos Correios, Furtado Reis, às Diretorias Regionais do órgão em São Paulo, Ribeirão Preto, Botucatu, Corumbá e Cuiabá.

*"Departamento dos Correios e Telégrafos - Telegrama nº 1.724 - Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1932.*

*DCT a DR. São Paulo*

*Tendo esta DCT conhecimento de que durante o período revolucionário foram por esgotamento do stock de selos, emitidos nesse Estado, selos ordinários e de depósito, destinados ao franqueamento das correspondências e à emissão de vales, recomendo providências, com urgência, para que os referidos selos sejam recolhidos à Tesouraria dessa DR sendo em seguida remetidos, devidamente relacionados por espécie, à Tesouraria dos selos da DM. Para que o público e a renda postal não sejam prejudicados com a falta de selos para o franqueamento de correspondências e a emissão de vales, deveis ter em consideração que o recolhimento só seja feito depois que essa DR esteja habilitada a fornecer os selos legais necessários. As correspondências já postadas e aquelas que por motivo de força maior venham ainda a ser franqueadas com taes selos, terão o seu curso legal em todo o paiz. Igualmente, os vales já emitidos e bem assim os que, pelo mesmo motivo, ainda venham a ser, serão pagos em qualquer repartição postal. Todavia, esta DCT declara que até o dia 31 do corrente todos os selos dessa espécie em poder dos agentes e tesoureiros devem estar recolhidos e findo esse prazo qualquer selo das referidas emissões não terá valor algum, devendo ser considerado nulo para todos os efeitos. Saudações - T. Furtado Reis - Diretor Geral."*



Selos de Depósito



## XIV Exposição Filatélica Brasileira



Foram recolhidas à Casa Forte da Diretoria Geral dos Correios, após a desmonetização em 31/10, as seguintes quantidades:

100 réis	924.309 selos
200 réis	2.039.165 selos
300 réis	459.058 selos
400 réis	460.988 selos
500 réis	464.064 selos
600 réis	466.087 selos
700 réis	465.190 selos
1\$000 réis	465.425 selos
2\$000 réis	77.689 selos
5\$000 réis	81.371 selos
10\$000 réis	82.187 selos

Dos selos de depósito, usados nos vales postais, as quantidades foram essas: 50\$ - 8.679; 100\$ - 8.722; 200\$ - 8.859.

Por um curto período, de 19 a 31 de outubro de 1932, esses selos tiveram seu uso oficializado e autorizado em todo território nacional, inclusive para cartas ao exterior.



Carta circulada dentro de Curitiba-PR, em 28/10/1932, comprovando o uso dos Selos Pró-Constituição em outros estados brasileiros após 19/10/1932. (Acervo Reinaldo Macedo)



## ETIQUETAS

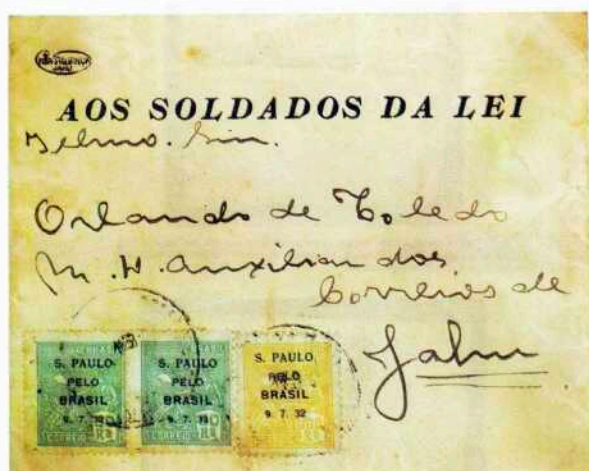
Embora a correspondência militar estivesse isenta de porte, foram produzidas na época etiquetas sem valor de postagem para uso “decorativo” ou até mesmo finalidade benemérita nas correspondências.

Uma dessas séries foi impressa pela empresa A Relevographica Ltda, encomendas por um particular sem nenhuma ligação com o Correio Militar e, aparentemente, com interesses meramente comerciais. Tratava-se de etiquetas coloridas com os dizeres “Exército Constitucionalista - Correspondência Militar - Forças Militares - Porte Franco - São Paulo”, com variações nas cores das colunas laterais formando três tipos diferentes e das quais teriam sido impressas um total de 20.000 etiquetas.



*Etiquetas impressas pela empresa A Relevographica Ltda.*

Além delas foi impresso ao menos um outro tipo, em cinco cores, idealizado por Alfredo Colombo e impresso pela Litographia P. Sarcinelli. Essa etiqueta tinha estampada a frase “São Paulo quer Constituição ou Morte” e era vendida como “selo alegórico beneficente”, em prol dos órfãos e viúvas de combatentes mortos. Foram impressas um total de 40.000, sendo 5.000 destinadas à Cruz Vermelha e o restante à Liga de Defesa Paulista. As vendas eram feitas tanto no Correio Central da Capital Paulista, quanto nas lojas do centro da cidade e até mesmo no Correio Militar M.M.D.C.



Da mesma forma, sem valor oficial são os selos ordinários que receberam a sobrecarga “SÃO PAULO - PELO BRASIL - 9-7-32”. Tais selos foram iniciativa de um particular, que sugeriu a ideia da sobrecarga ao então Inspetor Geral dos Correios, mas como não resolviam o problema da falta de selos foi logo descartada.



## CARIMBOS

Outra característica marcante do Correio Militar M.M.D.C. são os carimbos, que atestavam que as correspondências ou encomendas haviam sido regularmente despachadas. Existem diversos tipos, em geral reconhecidos pelas palavras Correio Militar M.M.D.C e o nome da cidade, elaborados tanto pela administração do Correio Militar quanto pelos próprios agentes, motivo pelo qual algumas cidades possuem mais de um modelo diferente.



Os carimbos mais comuns são o circular (*ESQUERDA*) e o modelo com o texto em quatro linhas (nas três primeiras as palavras "CORREIO MILITAR", "DO" e "M.M.D.C", e na inferior o nome da cidade), que foi confeccionado pelo filatelista Domingos Paladino a pedido do diretor do Correio Militar M.M.D.C., Prudente de Moraes Netto.

Desse modelo (*ABAIXO*) foram produzidos 20 carimbos (respeitadas as grafias dos mesmos): Mogy-Mirim, Caçapava, Itapetininga, Lorena, Taubaté, Santos, Avaré, Guaratinguetá, Rib. Preto, Pindamonhangaba, Cruzeiro, Cachoeira, S. J. da Boa Vista, Campinas, Bragança, Presidente Prudente, Barretos, Mogy das Cruzes, Jacarehy e S. José dos Campos. Nessas cinco últimas cidades não foram instaladas agências do Correio Militar, não sendo conhecidas correspondências com sua utilização.

**CORREIO MILITAR DO M. M. D. C. RIB. PRETO**      **CORREIO MILITAR DO M. M. D. C. CACHOEIRA**

Também foram utilizados carimbos de uma linha com o nome da cidade, localidade ou região, assim como carimbos especiais, específicos para determinadas seções ou serviços, como a Seção de Fichário, serviço responsável pelo cadastramento de todos os voluntários alistados. Para cada soldado constitucionalista havia uma ficha, na qual constavam o batalhão em que fora inscrito e o front em que estava, assim como alterações, transferências ou, até mesmo, falecimento.

**PRATA**  
**TUNNEL**  
**CUNHA**  
**São Paulo**  
**CAMPINAS**  
**PINDA**

**CAMBUHY**  
**SILVEIRAS**  
**ITAPETININGA**  
**INTERIOR**

**CASA BRANCA**  
**GUARATINGUETA**

**CENSURADA**  
Seção Fichário

**S. Fich.**  
N.º 1

**S. Fich.**  
N.º 3

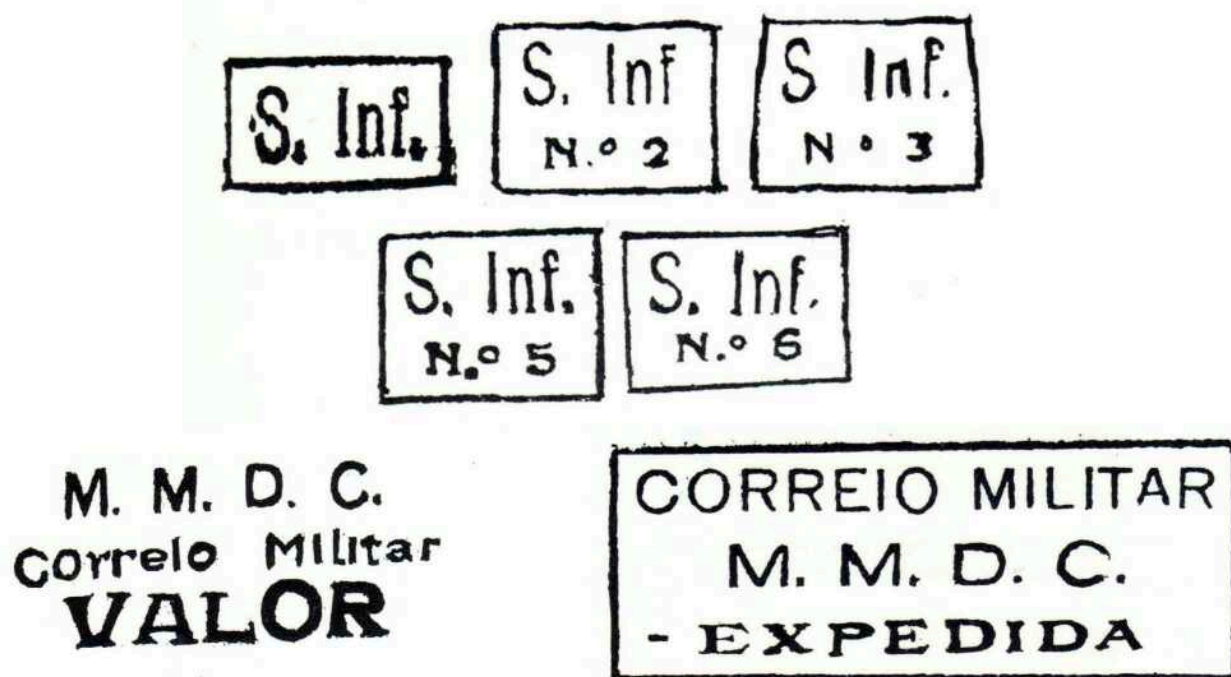
**M.M.D.C.**



Por esse serviço passavam todas as correspondências, que ali ganhavam carimbos com os dizeres "S. Fich. Nº".

Da mesma forma existiam os carimbos da Seção de Informações (S. Inf. ou S. Inf. Nº), Posta Restante (para os casos em que os destinatários não eram encontrados e as cartas ficavam aguardando retirada nas agências), Deficiência de Endereço, Valor (quando eram enviados numerários pelas correspondências) e Censura.

No caso específico da censura, além dos carimbos do Correio Militar M.M.D.C. eram também comumente usadas marcas das delegacias locais de polícia e vistos, geralmente feitos a lápis, de oficiais.



## CORREIO FEDERAL

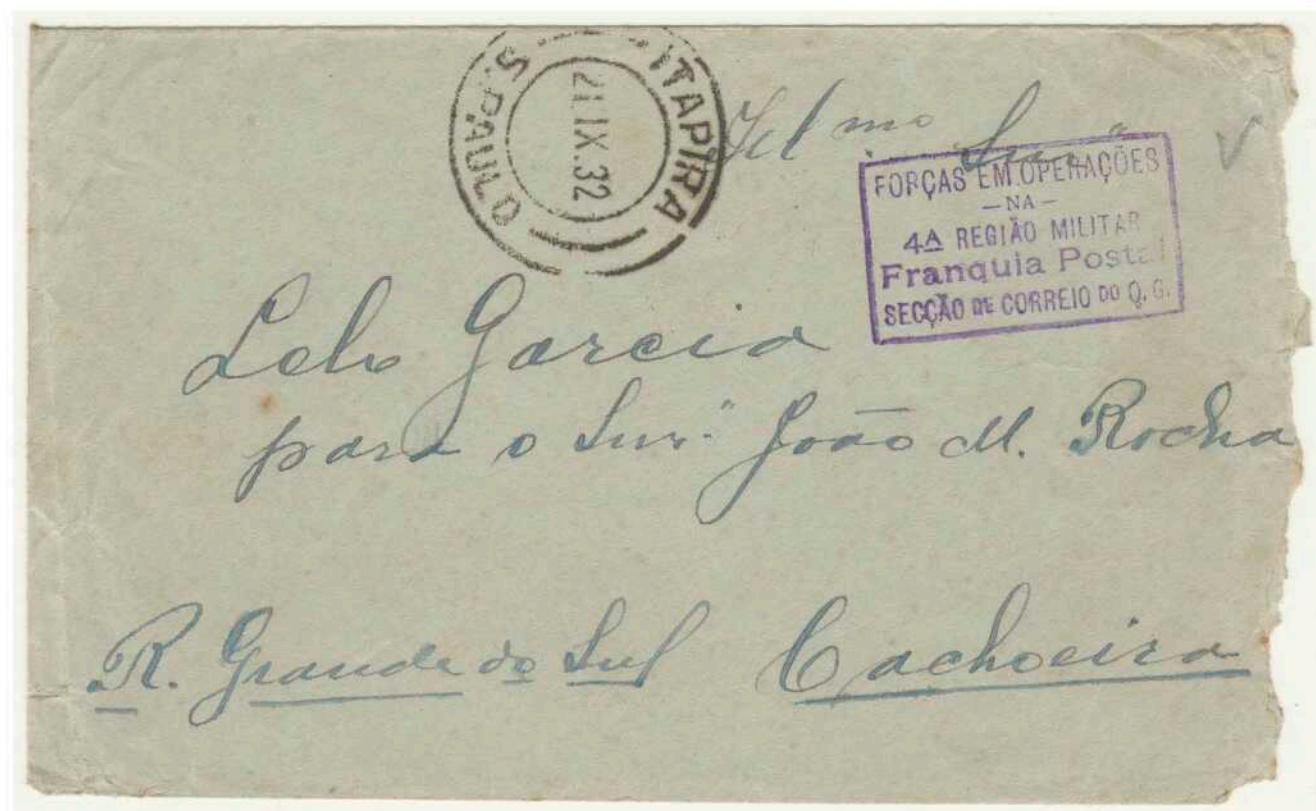
Durante o período de batalha, ainda que com bem menos intensidade uma vez que São Paulo estava isolado do restante do país e concentrado em um esforço de guerra (o que diminuiu consideravelmente as relações comerciais dentro do próprio território paulista), continuou coexistindo o Correio Federal. Por meio da Portaria nº 855, de 13/08/1932, assinada pelo diretor-geral do Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), o Estado foi dividido em três áreas durante a Revolução, cada uma sob interferência de uma Diretoria Regional (DR) dos Correios: a região norte passou a ser administrada pela DR de Uberaba, a região leste (Serra da Mantiqueira e Vale do Paraíba) pela DR do Rio de Janeiro e a região sul pela DR do Paraná.

Além disso, o Governo Federal também estabeleceu, inicialmente em caráter transitório "face ao conflito em andamento", censura nas correspondência - procedimento que só seria descartado em 1935.

Com o decorrer da Revolução, nas cidades que foram retomadas pelas tropas federais os serviços de correios e telégrafos também voltaram ao antigo comando, sendo nelas extinto o Correio Militar M.M.D.C.

As companhias áreas Aeropostale e Condor, que operavam no litoral paulista, trabalharam por curto período. Há registros, inclusive, de lançamentos de malas postais em Praia Grande e no Litoral Sul.



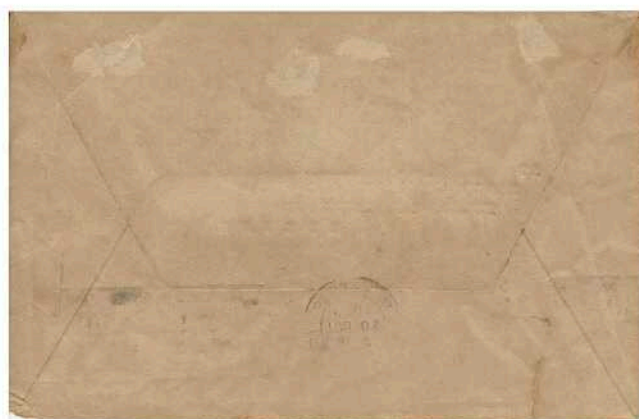
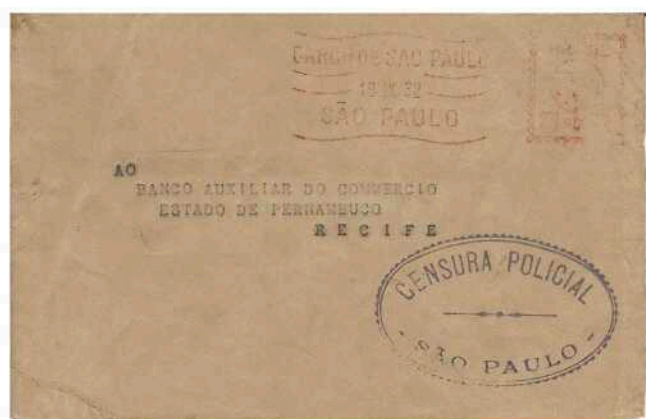


Carta circulada de Itapira para Cachoeira-RS, em 21/09/1932, antes do término do conflito. Com a retomada da cidade paulista pelas Tropas Federais, no início de setembro, o Correio Nacional voltou a expedir correspondências e encomendas. (Acervo Reinaldo Macedo)

## O FIM

Embora as lutas tenham cessado em 02 de outubro de 1932, com a assinatura da rendição do Exército Constitucionalista, ainda no dia 05/10 os jornais estampavam em suas páginas listas com a "Posta Restante" do Correio Militar M.M.D.C., isto é, a relação com os nomes dos destinatários não encontrados.

Dois dias depois, porém, tais anúncios já eram substituídos por avisos com os horários de fechamento das malas postais para destinos nacionais e internacionais, inclusive pelo correio aéreo e vapores. Chegava ao fim a efêmera, mas brava e heroica história do Correio Militar M.M.D.C., cuja divisa permanece viva: "TUDO PARA UM SÃO PAULO FORTE NO BRASIL UNIDO"!



Carta circulada de São Paulo (19/09/1932) para Recife-PE (20/10/1932), em 19/09/1932, permanecendo retida na capital paulista até o final da Revolução (Acervo Reinaldo Macedo)





*Local onde funcionou a agência do Correio Militar nas proximidades de Silveiras, na antiga estrada Rio-São Paulo*



*Acervo Reinaldo Macedo*



## BIBLIOGRAFIA

- Acervo do jornal Estado de S. Paulo (consultado em [www.acervo.estadao.com.br](http://www.acervo.estadao.com.br))
- Acervo do jornal Folha da Manhã (consultado em [www.acervo.folha.uol.com.br](http://www.acervo.folha.uol.com.br))
- Acervo do jornal Folha da Noite (consultado em [www.acervo.folha.uol.com.br](http://www.acervo.folha.uol.com.br))
- GUATEMOZIM, Dorvelino. Catálogo Brasil de Selos Nacionais, Postais e Telegráficos Oficialmente Emitidos. São Paulo, 1933
- GUATEMOZIM, Dorvelino. Miscelanea Histórica, Postal e Filatélica Nacional. São Paulo, 1935
- GUATEMOZIM, Dorvelino. Tosquias Filatélicas. São Paulo, 1944
- MEYER, Peter. Catálogo de Selos do Brasil - 59ª Edição (2 volumes). Editora RHM. São Paulo, 2016
- PAULA, Jeziel de. 1932, Imagens Construindo a História. Editora Unicamp / Editora Unimep. Campinas / Piracicaba, 1998
- PIMENTEL, José Leandro Barros. Artigos in COFI - Revista Correio Filatélico. Edição da ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
- PIMENTEL, José Leandro Barros. Artigo in Bull's Eyes nº 170. Brazil Philatelic Society. 2012
- PONTES, José Alfredo Vidigal. 1932, O Brasil se revolta - O caráter nacional de um movimento democrático. O Estado de S. Paulo / Editora Terceiro Nome. São Paulo, 2004
- RIBEIRO JÚNIOR, Geraldo de Andrade. Correio Militar M.M.D.C - Filacap Edição Especial, 2007 e 2012
- SANTOS, Marco Cabral dos; MOTA, André. São Paulo 1932 - Memória, Mito e Identidade. Editora Alameda. São Paulo, 2010
- VILLA, Marco Antonio. 1932, Imagens de uma Revolução. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, 2008.

